

O RECONHECIMENTO DO TRAUMA DO RACISMO ANTINEGRO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES METAPSICOLÓGICAS ANTIRRACISTAS A PARTIR DAS MENSAGENS ENIGMÁTICAS DE DESIGNAÇÃO RACISTA

THE RECOGNITION OF THE TRAUMA OF ANTI-BLACK RACISM IN BRAZIL: METAPSYCHOLOGICAL ANTI-RACIST CONTRIBUTIONS FROM THE ENIGMATIC MESSAGES OF RACIAL DESIGNATION

EL RECONOCIMIENTO DEL TRAUMA DEL RACISMO ANTINEGRO EN BRASIL: CONTRIBUCIONES METAPSICOLÓGICAS ANTIRRACISTAS A PARTIR DE LOS MENSAJES ENIGMÁTICOS DE DESIGNACIÓN RACIAL

Thalita Rodrigues¹

Resumo: Proponho neste texto a leitura de que o racismo antinegro no Brasil é um trauma não reconhecido pela psicanálise. Com isso espero contribuir na provocação às diversas matrizes do pensamento psicanalítico a se repensarem para que haja o devido reconhecimento. Há estudos sobre racismo e psicanálise realizados por teóricas/os negras/os, psicanalistas ou não, que não têm o devido reconhecimento pela psicanálise brasileira. A temática do racismo tem se tornado mais presente na psicanálise, sobretudo nos últimos anos. Contudo, não basta abordar o tema, é importante (re)pensar o *COMO* para evitar que se reatualize o apagamento. Apresento as *mensagens enigmáticas de designação racista* enquanto resposta que elaborei acerca do incômodo com as perspectivas colonialistas que se mantêm inalteradas ao abordar a realidade brasileira. Estas mensagens explicariam o processo de constituição do psiquismo – sedução e tradução/symbolização – enquanto racializado. As/os bebês receberiam de suas/seus cuidadoras/res, desde o princípio da vida, tais mensagens pré-conscientes/conscientes comprometidas pelo racismo. Ao propor tal conceito trago a inovação de incorporar à sedução as designações raciais e a consequente constituição psíquica enquanto atravessada pelo racismo estrutural. Esta proposição se localiza a partir da teoria da sedução generalizada e dos debates decoloniais e trabalha com os conceitos de *colonialismo*, *colonialidade*, *raça*, *racismo* e *branquitude*. Espero que esta abordagem do trauma possa contribuir com a luta antirracista, ofertando chaves de leitura para compreender e enfrentar as desigualdades raciais. Espero também que auxilie a psicanálise a se entender como dispositivo da *colonialidade do poder, do saber e do ser*.

Palavras-chave: Trauma. Mensagem enigmática de designação racista. Sedução generalizada. Metapsicologia.

¹ Psicanalista. Doutora em Estudos Psicanalíticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2022), Mestra em Psicologia Social pela UFMG (2015), Especialista em Teoria Psicanalítica pela UFMG (2017), Psicóloga pela UFMG (2012). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7219-5017>. E-mail: rodrigues.thaalita@gmail.com

Abstract: In this text, I propose that antiblack racism in Brazil is a trauma unrecognized by psychoanalysis. In doing so, I hope to contribute to provoking the various matrices of psychoanalytic thought to rethink themselves for the necessary recognition to occur. There are studies on racism and psychoanalysis conducted by Black theorists, whether psychoanalysts or not, which do not receive the recognition they deserve from Brazilian psychoanalysis. The theme of racism has become increasingly present in psychoanalysis, especially in recent years. However, it is not enough to address the subject; it is important to (re)think HOW to avoid the reemergence of erasure. I present the enigmatic messages of racist designation as a response I have developed regarding the discomfort with the colonialist perspectives that remain unchanged when addressing Brazilian reality. These messages would explain the process of the constitution of the psyche – seduction and translation/symbolization – as racialized. Babies receive, from their caregivers, from the very beginning of life, such preconscious/conscious messages compromised by racism. By proposing this concept, I introduce the innovation of incorporating racial designations into seduction and the consequent psychic constitution as influenced by structural racism. This proposition is situated within the framework of the generalized seduction theory and decolonial debates and works with the concepts of colonialism, coloniality, race, racism, and whiteness. I hope this approach to trauma can contribute to the antiracist struggle, offering keys for understanding and confronting racial inequalities. I also hope it assists psychoanalysis in understanding itself as a device of the coloniality of power, knowledge, and being.

Keywords: Trauma. Enigmatic message of racial designation. Generalized seduction. Metapsychology.

Resumen: Propongo en este texto la lectura de que el racismo antinegro en Brasil es un trauma no reconocido por el psicoanálisis. Con esto, espero contribuir a provocar a las diversas matrices del pensamiento psicoanalítico para que se reevalúen y se logre el debido reconocimiento. Hay estudios sobre racismo y psicoanálisis realizados por teóricos/as negros/as, psicoanalistas o no, que no reciben el reconocimiento que merecen por parte del psicoanálisis brasileño. La temática del racismo se ha vuelto más presente en el psicoanálisis, especialmente en los últimos años. Sin embargo, no basta con abordar el tema; es importante (re)pensar CÓMO para evitar que se reactualice la eliminación. Presento los mensajes enigmáticos de designación racista como respuesta que he elaborado sobre el malestar con las perspectivas colonialistas que se mantienen inalteradas al abordar la realidad brasileña. Estos mensajes explicarían el proceso de constitución del psiquismo – seducción y traducción/simbolización – como racializado. Los bebés recibirían de sus cuidadores/as, desde el principio de la vida, tales mensajes preconscious/conscious comprometidos por el racismo. Al proponer tal concepto, traigo la innovación de incorporar a la seducción las designaciones raciales y la consiguiente constitución psíquica atravesada por el racismo estructural. Esta proposición se sitúa a partir de la teoría de la seducción generalizada y de los debates decoloniales, y trabaja con los conceptos de colonialismo, colonialidad, raza, racismo y blancura. Espero que este enfoque del trauma pueda contribuir a la lucha antirracista, ofreciendo claves de lectura para comprender y enfrentar las desigualdades raciales. También espero que ayude al psicoanálisis a entenderse como un dispositivo de la colonialidad del poder, del saber y del ser.

Palabras clave: Trauma. Mensaje enigmático de designación racial. Seducción generalizada. Metapsicología.

PARA INÍCIO DE CONVERSA: QUAIS LUTOS SÃO POSSÍVEIS? QUAIS TRAUMAS SÃO RECONHECIDOS?

Trauma é um significante que ocupa um espaço de centralidade na história e na teoria da psicanálise. Desde as primeiras proposições freudianas, que antecedem inclusive as produções consideradas psicanalíticas propriamente ditas, Freud atribuía ao trauma (no singular ou no plural) as origens da histeria. Quando pensamos na concepção cotidiana, entendemos o traumático como aquilo que é marcante, mas em um sentido negativo, como algo que tem potencial de machucar, de doer. No discurso médico, se relaciona àquilo que tem potencial ofensivo. Então, apesar das várias possibilidades de definição, algo que permanece sobre o trauma é sua capacidade de marcar de maneira inequívoca. Ele afeta a integridade de algo ou alguém, tendo grande capacidade de gerar dor. Há uma prevalência da compreensão do trauma em uma perspectiva individual, seja ele físico ou psíquico.

Contudo, é importante termos a dimensão de que não basta que determinado evento traumático afete a integridade de algo ou alguém, há uma dimensão do trauma que consiste no reconhecimento de sua existência. Sándor Ferenczi (2003) é um psicanalista reconhecido por tal reflexão ao evidenciar o traumático que há em sofrer alguma violência e ter a vivência de tal situação diminuída e até mesmo *negada*. Eis o mecanismo do *desmentido* a partir da perspectiva daquela/le que é desautorizado, cuja vivência é invalidada.

E quando ampliamos nossa observação para traumas enquanto eventos e fenômenos históricos e sociais que afetam grupos inteiros? Alguns eventos históricos como a pandemia de COVID-19, os ataques aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 e as duas grandes guerras mundiais têm amplo reconhecimento enquanto traumáticos. Contudo, há outros eventos históricos e sociais que afetam tantas pessoas quanto os exemplos citados, mas que não têm o mesmo reconhecimento enquanto traumáticos. Ou seja, o reconhecimento enquanto trauma histórico e/ou social não diz respeito apenas à abrangência, mas sobretudo a outras dinâmicas de poder e a quem tais eventos afetam.

Em *Corpos que pesam*, Judith Butler (2000) apresenta a reflexão, a partir das normas de gênero e da hegemonia heterossexual, de que há corpos que, por serem dissidentes, tornam-se abjetos. Com isso, eles perdem a importância e passam a ter a humanidade questionada. Achille Mbembe (2018a), a partir dos conceitos de necropolítica e necropoder, denuncia a máxima soberania do poder contemporâneo de submissão da vida à morte. Decide-se quem pode viver e morrer, através do domínio de tecnologias sistemáticas de morte como as guerras, os homicídios e os suicídios. Cria-se o que Mbembe nomeia como “mundos de morte” nos quais as populações tornam-se mortos-vivos, existências de sobrevivência mínima, destituindo o estatuto de humanidade e civilidade das pessoas. O filósofo resgata e evidencia como as *plantations* e a colonização foram recalcadas como topografias de crueldade que foram modelos importantes de expansão do capitalismo mortífero e do racismo. Em *Crítica da razão negra*, Mbembe (2018b) propõe que o neoliberalismo “democratizou a condição de ser matável do negro”. *O devir-negro* implica que se no colonialismo apenas as pessoas negras escravizadas eram sujeitas a riscos de morte, no neoliberalismo esta é uma constante que mantém seu funcionamento e que, por isso, ele não pode ser compreendido sem levarmos em consideração as questões de raça e racismo.

Fica evidente a partir do que Butler (2000) e Mbembe (2018a; 2018b) problematizam que há sim corpos/sujeitos/grupos que têm mais importância, cujas vidas valem mais, enquanto há aqueles que são descartáveis, matáveis. Em última instância, há seres que são considerados mais humanos do que outros e, historicamente, a população negra tem tido seu estatuto de humanidade invalidado ou questionado.

A escravização/mercantilização da população negra africana é um marco da história da humanidade, a ponto de ser compreendida como fundamental para a constituição do sistema econômico e político em que vivemos, o capitalismo. A história do Brasil também se constitui a partir da escravização e da colonização que vitimou povos originários e africanas/os

escravizadas/os. Ou seja, a identidade nacional é constituída a partir dessa história de violência, extermínio e subjugação de grupos raciais não brancos que eram, portanto, não considerados plenamente humanos.

A psicanálise, em nível microssocial e intrapsíquico, aponta o quanto nossa história é determinante de quem somos. Nossos sintomas, nossas escolhas estão diretamente relacionados com o que vivemos. Em nível macrossocial, o mesmo ocorre: para compreendermos uma sociedade é importante que conheçamos sua história.

Reconhecendo as limitações da psicanálise em realizar tal expansão de análise de maneira solitária, em diálogo com proposições decoloniais, quero propor aqui uma reflexão sobre trauma e racismo antinegro no Brasil, mas não em uma perspectiva individual, mas enquanto evento, situação social e histórica. Proponho aqui o exercício de pensar o racismo antinegro no Brasil enquanto um trauma cujo reconhecimento ainda é reivindicado em diversos níveis, inclusive subjetivo.

Jô Gondar (2018) faz uma leitura do racismo no Brasil enquanto desmentido em contraposição a uma possível compreensão de que ele seria recalçado, pois apesar de presente e atual, a singularidade de como ele se organiza em nossa sociedade o torna não reconhecido. Aqui opera a clivagem, que é mais primária e seria o mecanismo da perversão: convivemos com as desigualdades raciais enquanto negamos sua existência, por exemplo, ao acionar o dispositivo da mestiçagem para justificar a identidade nacional enquanto múltipla e misturada.

Lélia Gonzalez (1984; 1988), importantíssima pensadora negra brasileira, coloca a psicanálise a trabalho para compreender as dinâmicas do racismo que, no Brasil, seriam de negação, diferente daquele que ocorreu nos Estados Unidos e África do Sul, o de segregação. Ela propõe o conceito de *amefricanidade* enquanto possibilidade de compreender e intervir nesse racismo latino-americano que se faz pela via da negação, explicitando que há especificidades da construção de tal estrutura, o que requer, conseqüentemente, formas de enfrentamento diferentes daquelas voltadas para contextos do racismo segregacionista.

Mas e a psicanálise, onde ela fica nisso tudo? Proponho uma análise do racismo enquanto trauma não reconhecido socialmente a partir da psicanálise, mas também a provocando enquanto teoria e prática reprodutora desta lógica. Em consonância com Quijano (1992), é importante reconhecermos a colonialidade como uma forma de manutenção da dominação colonial dos países do norte global – metrópoles mesmo após o fim do colonialismo (que foi uma forma direta de dominação política, econômica, cultural europeia sobre todo o *resto do mundo*). É fundamental compreendermos a psicanálise enquanto reprodutora da colonialidade que se mantém a partir do poder, do saber e do ser. Não é à toa que o racismo é tão negado, desmentido também na e pela psicanálise. Convocá-la para tal reflexão se faz necessário, para que a teoria e a atuação sejam condizentes com a nossa realidade (FIGUEIREDO; GROSGUÉL, 2009).

A partir de minha trajetória enquanto mulher negra, psicóloga, psicanalista, acadêmica e engajada na luta antirracista, sempre questioneei a ausência das questões raciais no *corpo* (*teórico e corpos dos sujeitos*) da psicanálise (RODRIGUES, 2018). Que corpo é esse que tem gênero, tem sexualidade, mas não tem raça? Que metapsicologia é essa que reconhece algumas dinâmicas de poder em detrimento de outras? Como podemos falar em racismo estrutural sem tomá-lo enquanto estruturante das subjetividades do nosso país? Tais questionamentos me fazem pensar sobre o trauma da escravização e do racismo no Brasil e o quanto eles não têm sido reconhecidos em sua radicalidade tanto em nossa sociedade quanto em termos metapsicológicos.

Enquanto psicanalista negra, transformei meu incômodo diante de o trauma do racismo não ser devidamente reconhecido e validado em uma proposição sobre novos fundamentos metapsicológicos, que reconheçam a importância do racismo estrutural enquanto constitutivo

das subjetividades, o que tem relação direta com a produção de conhecimento. A proposição de *mensagens enigmáticas de designação racista* figura como uma resposta, dentre várias outras, elaborada a fim de nomear e tratar o trauma do racismo antinegro brasileiro. Estas mensagens explicam o processo de constituição do psiquismo – sedução e tradução/simbolização – enquanto racializado. As/os bebês recebem de suas/seus cuidadoras/res, desde o princípio da vida, tais mensagens pré-conscientes/conscientes comprometidas pelo racismo. Ao propor tal conceito, trago a inovação de incorporar à sedução as designações raciais e a consequente constituição psíquica enquanto também atravessada pelo racismo estrutural.

Como Bento (2002) nos explica magistralmente, se há pessoas perdendo devido às desigualdades raciais, há quem esteja se beneficiando com isso. Essa dimensão relacional é extremamente importante, pois desloca o racismo enquanto um “problema do negro” e convoca a branquitude para se responsabilizar sobre os privilégios que ela detém. A partir dessas inquietações e da constatação de que o acordo tácito entre a branquitude (BENTO, 2002) atinge nossas subjetividades, a produção de conhecimento e as dinâmicas sociais, propus esta pesquisa de doutorado (RODRIGUES, 2023b) a fim de investigar o funcionamento do racismo no psiquismo e como a relação entre o psíquico e o social ocorreria neste caso.

Coloco a psicanálise a trabalho, compreendendo-a enquanto importante dispositivo de produção e reconhecimento das subjetividades. Espero que essa reflexão auxilie na construção de um arsenal antirracista em termos de produção do conhecimento, de impactos clínicos e sociais. Nomear e reconhecer, testemunhar, são parte importante do trabalho do analista e também o são da mudança social.

NOMEANDO O TRAUMA DO RACISMO – NARCISISMO DAS PEQUENAS OU DAS GRANDES DIFERENÇAS?

Em outra oportunidade (RODRIGUES, 2023a), realizei uma reflexão crítica acerca da apropriação do *narcisismo das pequenas diferenças* enquanto chave de leitura para o racismo antinegro. Na ocasião pontuei como Freud (2018) utiliza esta noção para pensar o antisemitismo contra o povo judeu, um tipo de racismo contra um povo específico.

Em *Moisés e o monoteísmo*, Freud (2018) se pergunta “como surgiu o caráter especial do povo judeu?” (FREUD, 2018, p. 143). Sendo mais direto, “De onde vem essa capacidade de viver dos judeus e como suas características estão ligadas à sua história?” (FREUD, 2018, p. 146). Como resposta, ele propõe uma leitura que aproxima a psicologia do indivíduo com a psicologia das massas, derivando, a partir de concepções e palavras evolucionistas (civilizados x primitivos), a ideia de que os judeus seriam um povo diferenciado, na verdade, até superior. Isto porque devido à sua religião eles desenvolveram a capacidade de abdicar das exigências pulsionais, seguindo regras e mandamentos, em prol do amor do deus único que os escolhera. Como consequência dessa abdição, haveria também o desenvolvimento intelectual, mais uma coisa que ajudaria na compreensão da autoestima do povo judeu e da inveja despertada nos demais. Freud faz um paralelo entre o povo judeu com um sujeito orgulhoso de si por ter “vencido” as tentações do id, obedecendo às proibições do superego, instância esta que é precedida pelas figuras de autoridade, como o pai, e que, para os judeus, seria Moisés. Através de sua extensa tese, Freud afirma que o antisemitismo tem relação com o narcisismo das pequenas diferenças e que estaria intimamente relacionado com a autoestima do povo judeu e com a inveja que os demais povos sentiam da postura de *escolhidos* que eles adotavam.

Uma importante referência no Brasil que colocou a psicanálise a trabalho sobre a questão da intolerância é Beth Fucks (2007) na obra *O pensamento freudiano sobre a intolerância*, que permanece como uma referência para se pensar o racismo. Nesse texto, a psicanalista nos informa que a primeira vez em que *narcisismo das pequenas diferenças* aparece na obra de Freud foi em *O tabu da virgindade* (FREUD, 1976, citado por FUCKS, 2007), na ocasião, se referindo à intolerância contra as mulheres. Fucks (2007) relaciona a intolerância com a

diferença do outro ao narcisismo das pequenas diferenças, se detendo sobretudo ao antissemitismo. A autora ressalta que Freud se utilizou dessa noção para pensar a tolerância e a intolerância no que diz respeito tanto ao individual quanto ao coletivo, pois o narcisismo das pequenas diferenças seria um importante mecanismo na formação “do eu, do nós e do outro” (FUCKS, 2007, p. 61), mas que quando ocorre de maneira exacerbada, culminaria na segregação e no racismo.

Contudo, o que questiono no texto *Freud, narcisismo das pequenas diferenças e relações raciais: potencialidades, limitações e proposições para o enfrentamento ao racismo* (RODRIGUES, 2023a) é a aplicação das análises realizadas por Freud (2018) e Fucks (2007) (sobre a intolerância manifestada através do antissemitismo) para a compreensão e explicação da intolerância manifestada como racismo antinegro. Afinal de contas, Freud realiza uma grande (re)construção da história do povo judeu em *Moisés e o monoteísmo*, retomando elementos históricos, religiosos, fazendo interpretações, o que dá consistência às argumentações acerca do antissemitismo.

Discorri nesse texto também sobre outros pontos que considero fundamentais para a diferenciação do antissemitismo e do racismo antinegro e, portanto, da impossibilidade de aplicação acrítica do *narcisismo das pequenas diferenças na compreensão do racismo antinegro brasileiro*. Me deterei aqui apenas em um dos pontos que desenvolvi outrora que consiste na óbvia constatação de que “*pequenas diferenças*” pressupõem semelhanças e alguma identificação que fica comprometida diante de ínfimas dissemelhanças.

A história da escravização nos mostra que o estatuto de humanidade das pessoas negras africanas era negado. Tratados internacionais, produções religiosas e posteriormente científicas foram utilizados a fim de validar o racismo antinegro. Seja pela afirmação da ausência de alma, seja pela produção de conhecimento que validava a visão de que as pessoas negras africanas eram involuídas, sexualizadas, mais próximas da natureza do que da cultura e civilização, o resultado era o mesmo: questionamento da humanidade (GROSFOGUEL, 2016; MUNANGA, 2004).

O racismo antinegro se fundamenta a partir da ideia de raça, não em um sentido biológico, mas sociológico. Conforme Munanga (2004, p. 22):

Podemos observar que o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é, natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam.

Utilizando a própria psicanálise para pensarmos o trauma da escravização e do racismo, através da noção do trauma em dois tempos, o não reconhecimento da escandalosa desumanização contra pessoas negras escravizadas (bem como com os povos originários) é visível quando analisamos a diferença entre o tratamento dado às barbáries cometidas contra os judeus e contra pessoas negras escravizadas. Pensemos a importância da criação do Estado de Israel enquanto reconhecimento do genocídio cometido contra o povo judeu durante o Holocausto na II Guerra Mundial. O reconhecimento é fundamental para que haja algum tipo de reparação àquelas/les que sofreram e responsabilização dos envolvidos e dos negligentes. Falo aqui em nível macrossocial, mas obviamente, tal resolução tem impactos na subjetividade do povo judeu e de todo o resto do mundo. Bem, e quanto à realidade do continente africano? Quais atos simbólicos e materiais foram feitos a fim de reparar e responsabilizar as atrocidades cometidas contra africanas/nos durante a colonização e escravização mercantilista?

Se a história da intolerância do antissemitismo e do racismo antinegro é tão diferente, se as ações políticas de reconhecimento e reparação são tão distintas, por que utilizaríamos uma formulação, narcisismo das pequenas diferenças, para a compreensão das desigualdades raciais que incidem sobre a população negra? A partir da constatação de que estamos tratando de grandes diferenças no que diz respeito à negação do estatuto de humanidade através da mercantilização dos corpos negros africanos, proponho a construção de novas formulações em psicanálise que abarquem a complexidade da realidade do racismo antinegro brasileiro.

Em síntese, não basta abordar a temática do racismo antinegro, há que se produzir outras ferramentas teóricas e epistemológicas que tratem da temática problematizando a colonialidade e a branquitude enquanto parte da produção tanto do saber quanto das dinâmicas psicossociais que mantêm as desigualdades raciais. Na esteira daquelas/les que vieram antes de mim, como Neuza Santos Souza (1983), Lélia Gonzalez (1984; 1988), Isildinha Baptista Nogueira (1998), Grada Kilomba (2019) e Frantz Fanon (2008), proponho uma conceituação que dê conta dos processos de subjetivação de forma racializada, não apenas para aquelas/les consideradas/os como o outro racial, mas, sobretudo, para a branquitude que se constrói como marco zero de referência e não se enxerga enquanto identidade racial.

AS MENSAGENS ENIGMÁTICAS DE DESIGNAÇÃO RACISTA – RECONHECENDO O TRAUMA

Como dito anteriormente, compreendo como sendo fundamental que a psicanálise integre – no seu corpo teórico, em suas instituições e na formação/prática de analistas – a perspectiva do racismo antinegro enquanto trauma fundante da nossa identidade nacional. Lélia Gonzalez (1984; 1988) nos auxilia nesse processo. Segundo ela, o racismo por denegação é um sintoma da *neurose cultural brasileira* que tenta, a todo custo, como os sujeitos neuróticos, esconder seus sintomas afirmando uma falsa igualdade entre pessoas brancas e negras em nosso país. Seguindo seus passos e a exaltando enquanto uma referência que precisa ser lida e reconhecida pela psicanálise brasileira, proponho uma releitura racializada da sedução e da tradução/simbolização, processos que compõem a constituição do psiquismo de acordo com a teoria da sedução generalizada (TSG).

Para a TSG, perspectiva psicanalítica proposta por Jean Laplanche (1992), o trauma figura em um lugar de centralidade para a constituição do psiquismo, para a subjetivação. A sedução, em sua ambiguidade multifacetada, é aquele processo traumático em que a/o adulta/o, ao cuidar da manutenção vital da/o pequena/o humana/o, também a/o invade com a transmissão de um algo a mais que até mesmo a/o adulta/o desconhece. Esse algo a mais é a sua alteridade constitutiva, o Sexual, o inconsciente. A chamada situação antropológica fundamental (SAF) evidencia a dissimetria inicial entre as/os bebês e as/os cuidadoras/res que compõem o pequeno *socius*, o *socii*. Laplanche (2015b) os explica que tal diferença não se dá porque o psiquismo adulto é mais rico e desenvolvido, mas sim porque é neste lado (do adulto) que figura *le sexual* (*sexual*) que consiste na grande descoberta freudiana, aquilo que é o objeto da psicanálise. Desta maneira, as pulsões se constituem a partir e pela sedução que as/os adultas/os exercem sobre as/os bebês.

Através das *mensagens enigmáticas*, mensagens pré-conscientes/conscientes que são invadidas pelo *Sexual*, todo esse processo se inicia. Elas são parte da comunicação entre adultas/os e infantes, uma comunicação que ultrapassa muito a linguagem verbal, ocorrendo, por exemplo, através de toques e olhares. Estas mensagens funcionam como designações (identificação realizada pelos adultos) que recaem sobre a/o bebê. Neste lado, da/o bebê, as operações consistem em tentativas de metabolizar tais mensagens enigmáticas. E como tal processo acontece? Eis um tópico sensível dentre aquelas/les que pensam a constituição do psiquismo em diálogo e/ou a partir da TSG: há perspectivas (BLEICHMAR, 1994; RIBEIRO, 2022) que dão grande enfoque ao papel das/dos adultas/os enquanto mobilizadoras/res das traduções/

simbolizações e há quem priorize um “impulso a traduzir” da/o bebê, dando primazia ao pequeno ser humano atribuindo papel secundário, mas ativo, às/aos adultas/os (BEHR, 2020).

Estamos aqui diante do nomeado *problema do bebê tradutor* (RIBEIRO, 2022): é o próprio infante que realiza as primeiras traduções? Se sim, como? Ou seriam as/os adultas/os que as realizariam? Independentemente da posição adotada, o fato é que, para todas/os as/os psicanalistas que se baseiam na TSG, o psiquismo é constituído através da intersubjetividade. Tal concepção retrata o que Laplanche (2016) nomeia como a revolução copernicana (inacabada), concepção esta que se opõe a leituras da subjetivação enquanto processos endógenos (ipsocentristas, ele diria). Essa radicalidade da compreensão das origens do sujeito psíquico seria a continuação da revolução iniciada por Freud (ao lado de outros que também destituíram a humanidade de sua centralidade narcísica, como Copérnico e Darwin), que evidenciou não sermos senhoras e senhores da nossa própria casa, devido ao inconsciente.

Voltando ao dilema do *bebê tradutor*, preciso localizar minha posição enquanto alinhada àquelas que atribuem uma dupla função ao adulto (BLEICHMAR, 1994; RIBEIRO, 2022): é ele *quem seduz*, mas também é ele *quem realiza* as primeiras traduções, para que assim o psiquismo da criança se construa e ela mesma inicie seus processos de tradução/simbolização das mensagens enigmáticas que recebe. Considero esta uma leitura copernicana por levar em consideração os dois polos da constituição do psiquismo: o polo desligado – das mensagens enigmáticas e do pulsional – e o polo ligado – das traduções/simbolizações. A subjetivação consiste na dinâmica entre esses dois movimentos.

As traduções/simbolizações estão no polo recalcante, aquele que instaura a cisão no psiquismo. Para que elas aconteçam, nós, adultas/os, somos responsáveis por humanizar as/os bebês, o que implica a erogeneização do corpo e a oferta/realização de traduções. A origem das pulsões estaria no resto, aquilo que sobra, das operações de tradução/simbolização: aqueles significantes que perdem seus significados após o recalçamento se tornam os objetos-fonte da pulsão. Estes processos intrapsíquicos estão diretamente relacionados à cultura e à socialização através dos códigos e dos esquemas narrativos:

O primeiro termo remete provavelmente a um número restrito de elementos (dois na castração!), capazes de transcrever uma dada mensagem. Isso, certamente, em detrimento da riqueza e da fidelidade da tradução. “Esquema narrativo” remete a uma teoria da narratividade, submetendo esta a roteiros mais ou menos ricos, populares, flexíveis. Nada impede, contudo, de falar de uma história “traduzida em Édipo”, pois os elementos são relativamente fixos, suas relações suficientemente previsíveis, para que, de um “romance” ao outro, a passagem seja possível (LAPLANCHE, 2015a, p. 286).

Eis aqui mais um ponto que considero inovador da teoria da sedução generalizada e que contribui para a formulação de uma leitura racializada da subjetivação: a compreensão laplancheana (LAPLANCHE, 1988; 2015a) de que Édipo e castração são esquemas e códigos narrativos os desloca do papel de fundadores estruturantes do psiquismo para narrativas simbólicas que auxiliam a humanidade nas traduções da sexualidade perverso-polimorfa. O complexo de Édipo e de castração estariam relacionados a processos secundários. Por isso, o psicanalista afirma a necessidade de substituir a pré-história mitológica pela pré-história real de cada pessoa.

Em “Gênero, sexo e o Sexual”, Laplanche (2015b) desenvolve tal noção ao ampliar a noção do código do apego e incorporar o conceito de gênero na TSG enquanto uma simbolização privilegiada que media a relação entre as/os bebês e suas/seus cuidadoras/res ao mesmo tempo que contém ruídos do sexual que invadem tais mensagens. Assim, gênero seria fundamental para a constituição do psiquismo. Em sua formulação polêmica, o psicanalista propõe:

O gênero é plural. É geralmente duplo, com o masculino-feminino, mas não o é por natureza. É muitas vezes plural, como na história das línguas e na evolução social.

O sexo é dual. Ele o é pela reprodução sexuada e também por sua simbolização humana, que fixa e engessa a dualidade em presença/ausência, fático/castrado.

O Sexual é múltiplo, polimorfo. Descoberta fundamental de Freud, ele fundamenta-se no recalque, no inconsciente, na fantasia. É o objeto da psicanálise.

Proposição: O Sexual é o resíduo inconsciente do recalque-simbolização do gênero pelo sexo (LAPLANCHE, 2015b, p. 155).

O sexo recalca o gênero e nesse processo, enquanto produto, surge o Sexual. Com tal proposição, Laplanche (2015b) incorpora as questões de gênero aos processos de subjetivação e também à metapsicologia a partir da proposição das *mensagens enigmáticas de designação de gênero*.

Ora, se gênero, um conceito importante que nomeia e explica dinâmicas de poder, foi incorporado à TSG, seria possível incorporarmos outros conceitos e dinâmicas?

A partir desse questionamento propus a(s) *mensagem(ns) enigmática(s) de designação(ões) racista(s)* (RODRIGUES, 2023b). Em minha leitura, os processos de subjetivação retratados pela TSG são racializados, ou seja, tanto a sedução quanto a tradução/simbolização são racializadas. Como isso aconteceria?

Entendo que o racismo “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (ALMEIDA, 2019, p. 38). Desta forma, ele é um esquema narrativo constitutivo da sociedade brasileira. Este racismo brasileiro é, como bem explicado por Lélia Gonzalez (1988), diferente daquele existente em outras partes do mundo nas quais houve regimes institucionais separatistas. Esta é a realidade do racismo segregacionista que ocorre nos Estados Unidos e África do Sul. Aqui, o racismo é de denegação (GONZALEZ, 1988) e traz desafios diferentes, como, por exemplo, o trabalho para o Movimento Negro de construir uma problemática para, então, partir para a etapa de combate e enfrentamento (que obviamente já acontece enquanto se evidencia o racismo). Devido à colonialidade (QUIJANO, 2002), esta denegação ocorre também tanto no reconhecimento da produção de subjetividades racistas quanto na produção de conhecimentos *sobre* as subjetividades racistas (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2009). Eis por que este trabalho se faz necessário: explicitar e reconhecer a existência do racismo estrutural e a denegação do racismo também pela própria psicanálise.

Segundo Oracy Nogueira (2007), uma outra especificidade do nosso racismo é que ele é um *preconceito racial de marca*. Ou seja, no Brasil, é sobre o fenótipo que a raça, enquanto um marcador social da diferença, se baseia. Assim, quanto mais próximo ao fenótipo da branquitude, menos racismo a pessoa sofre. A branquitude, por sua vez, consiste em uma identificação social-racial, um discurso que se constrói com o intuito de manter a dominação racial contra a população negra e todas as demais populações não brancas (BENTO, 2002). Como Lia Vainer Schucman (2012) explica, esta é uma delimitação complexa:

Definir o que é branquitude e quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude é o nó conceitual que está no bojo dos estudos contemporâneos sobre identidade branca. Isso porque, nesta definição, as categorias sociológicas de etnia, cor, cultura e raça se entrecruzam, se colam e se descolam umas das outras, dependendo do país, região, história, interesses políticos e época em que estamos investigando. Ser branco e ocupar o lugar simbólico da branquitude não é algo estabelecido por questões apenas genéticas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam (p. 22-23).

A partir dessa contextualização de como as desigualdades raciais se constroem e se mantêm no Brasil, propus a leitura de que o colonialismo, a colonialidade e o racismo são esquemas narrativos que organizaram a história brasileira e se mantêm enquanto tal. Tais esquemas forjaram um código “a partir das diferenças fenotípicas e culturais, impondo os europeus enquanto parâmetro universal. Este código é a *raça*, mais precisamente, a *branquitude*, que se coloca como marco zero que define, portanto, a compreensão do *resto* do mundo pela lógica branco-europeu-humano versus não branco-não europeu-não humano” (RODRIGUES, 2023b, p. 34).

Então, o funcionamento das mensagens enigmáticas de designação racista se daria da seguinte forma:

[...] o cuidado investido pelas/os adultas/os nas/os bebês é diretamente relacionado com a identificação racial que a/o adulta/o atribui ao *infans* a partir de seu corpinho: bebês brancos receberão mais mensagens enigmáticas de designação racista que positivarão sua experiência enquanto bebês não brancos – negros (e nesta tese o foco é a dinâmica racial pautada na branquitude e negritude) terão sua experiência de cuidados pautada na discriminação e desvalorização. Tais mensagens, pré-conscientes/conscientes, designam as crianças sobretudo à nossa revelia, uma vez que nossa subjetividade também foi forjada em uma sociedade racista que identifica o belo, o melhor, o mais capaz enquanto o que é próprio da branquitude. Ou seja, a proposição de mensagem enigmática de designação racista diz respeito à dinâmica social e libidinal de como o racismo estrutural se concretiza em nossas relações. Desta forma, sim, o pressuposto é de que todos somos atravessados pelo racismo estrutural e, em alguma medida, o reproduzimos em nossas vidas, seja pelas preferências estéticas, pelas escolhas amorosas, pelas expectativas de comportamentos de pessoas que não conhecemos mas julgamos a partir de estereótipos, etc. Há, sim, diferenças entre atitudes de discriminação racial (injúria racial e racismo) das mensagens enigmáticas de designação racista, uma vez que aquela passa necessariamente por uma perspectiva da consciência das desigualdades raciais (RODRIGUES, 2023b, p. 46-47).

Como explicado anteriormente, a constituição do psiquismo requer tanto a sedução quanto a tradução/simbolização. As *mensagens enigmáticas de designação racista* estão no polo da sedução. As/os cuidadoras que seduzem também são aquelas/les que oferecem as condições de tradução e simbolização através dos esquemas narrativos do colonialismo, da colonialidade e do racismo, bem como dos códigos de *raça* e *branquitude*. Assim, temos a constituição racializada do psiquismo:

Mas, como sinalizei anteriormente, a constituição do psiquismo se dá a partir das dinâmicas desligadas e ligadas, sendo a sedução o polo responsável pela energia desligada. O polo de ligação, de caráter defensivo frente às descargas de energia (que após o estabelecimento do recalçamento originário e a consequente instalação da tópica serão nomeadas como descargas pulsionais), também é produto do cuidado do adulto. Este deverá ofertar condições de tradução/simbolização auxiliando na construção do narcisismo infantil. Como já sinalizado, a designação contém tanto o caráter enigmático quanto também de identificação pelo adulto sobre a criança. Proponho a compreensão de que o racismo e o colonialismo, enquanto esquemas narrativos, bem como os códigos raciais, pela via da branquitude, são partícipes da constituição do psiquismo, pois são discursos que auxiliam na tradução de como os afetos destinados ao *infans* são desiguais a depender da *raça*, da cor e do fenótipo. Tais discursos também parasitam as ações das/os cuidadoras/res, mesmo que à sua revelia, e fazem parte da identificação feita pelo adulto que designa, racialmente, as crianças. Estes discursos serão importantes no processo de simbolização que a própria criança irá desenvolver sobre si mesma e sobre o mundo. Partindo desse

princípio, os cuidados com os bebês acontecerão de maneiras distintas a depender da cor da pele, cor dos olhos, textura do cabelo, traços do rosto, etc. Esse cuidado será questão para os infantes que, por sua vez, também irão se apropriar de tais discursos em busca de respostas sobre *quem* eles são e *por que* o são. Desta forma, repito: pensemos sobre as crianças brancas da creche. Não é de se imaginar que o tratamento sempre positivo afete a constituição de si mesma (narcisismo) desembocando em uma boa autoimagem? Por outro lado, será que o mesmo ocorre com as crianças negras? As condições de tradução, verbais ou não verbais, também são racializadas. Fica estabelecido, assim, o ciclo: sedução racializada – tradução racializada – constituição de uma tópica racializada (RODRIGUES, 2023b, p. 126).

Todos somos atravessados por tais mensagens que têm designações racistas por serem comprometidas com o racismo estrutural. O movimento de passagem de designações racistas para designações raciais faz parte da construção de novos códigos e mitos simbólicos que traduzam a diversidade de raças e etnias não mais pela perspectiva binária atual da branquitude (branquitude versus não branquitude). A construção da negritude, enquanto identidade política, é um exemplo de outras traduções/simbolizações das experiências de negras e negros. Como o próprio nome do livro de Neusa Santos Souza (1983) evoca, *tornar-se negro* é um processo de valorização e positivação daquilo que é rechaçado pelo racismo brasileiro, pelo mito negro (SOUZA, 1983). Por isso, a negritude não é uma oposição à branquitude, mas sim a positivação das vivências de pessoas negras através de um retorno à ancestralidade. Eis um exemplo de como são possíveis e necessárias novas simbolizações dos pertencimentos raciais a fim de que passemos de *mensagens enigmáticas de designação racista* para aquelas de *designação racial* que não estariam atravessadas pelo código da branquitude, que apaga e diminui a diversidade humana ao simples binarismo branquitude versus não branquitude.

FINALIZANDO, POR ORA

Neste texto realizo um exercício de pensar quais traumas são reconhecidos e quais lutos são possíveis, trazendo para a reflexão o conceito de *mensagens enigmáticas de designação racista* (RODRIGUES, 2023b) como possibilidade de colocar a trabalho a psicanálise, mais especificamente a TSG, e de ofertar arsenal teórico e clínico para nossa atuação enquanto psicanalistas antirracistas. Com isso, discuto o não reconhecimento do trauma do racismo pela psicanálise que tem incorporado (bem ou mal) os debates de gênero e sexualidade, mas não oferece ferramentas teóricas, metapsicológicas e clínicas para pensarmos as dinâmicas do racismo estrutural que constitui a realidade brasileira.

Este é um texto produzido a partir da teoria da sedução generalizada e em consonância com os debates decoloniais, pois apresento meu lócus enunciativo de psicanalista brasileira, negra, que produz reflexões sobre o racismo no Brasil, que é diferente do racismo estadunidense, por exemplo. A decolonialidade evidencia as dinâmicas da colonialidade do poder, do saber e do ser. Com isso, é imprescindível colocarmos a própria psicanálise em perspectiva e entender como o racismo antinegro não é contemplado na metapsicologia. Mais do que isso: é importante enxergarmos como a psicanálise tem colaborado para a cegueira quanto à existência do racismo.

Espero que este texto possa ser um convite para conhecer minha tese. Espero também que haja cada vez mais produções de saber localizadas a partir da nossa realidade, trazendo a perspectiva de corpos, sujeitos e eventos de subordinação e violação para o centro do debate da psicanálise brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- BEHR, Kenia B. O enigmático nas identificações primárias e o processo de tradução. In: LAPLANCHE, Jean et al. *Três destinos da mensagem enigmática e outros ensaios*. São Paulo: Zagodoni, 2020.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.
- BLEICHMAR, Silvia. *A fundação do inconsciente, destinos de pulsão, destinos do sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. (Trabalho original publicado em 1993).
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre o limite discursivo do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-166. (Trabalho original publicado em 1993).
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de R. Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. (Trabalho original publicado em 1952).
- FERENCZI, Sándor. Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: FERENCZI, Sándor. *Psicanálise IV*. 2. ed. Tradução de A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 97-106. (Trabalho original publicado em 1933).
- FIGUEIREDO, Ângela; GROSGUÉL, R. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v12i2.9096>.
- FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo. In: FREUD, Sigmund. *Moisés e o monoteísmo, compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. (Obras Completas, v. 19). (Trabalho original de 1939).
- FREUD, Sigmund. Tabú de la virginidad. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1976. v. XI. (Trabalho original publicado em 1918).
- FUCKS, Beth. O pensamento freudiano sobre a intolerância. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 59-73, 2007.
- GONDAR, Jô. Um racismo desmentido. In: ARREGUY, Marília Etienne; COELHO, Marcelo Báfica; CABRAL, Sandra (Orgs.). *Racismo, capitalismo e subjetividade: leituras psicanalíticas e filosóficas*. Niterói: Eduff, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.
- GROSGUÉL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>. (Trabalho original publicado em 2013).
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. (Trabalho original publicado em 2008).
- LAPLANCHE, Jean. A revolução copernicana inacabada. Tradução de Mania Deweik e Maria de Lourdes Caleiro Costa. *Percurso*, v. 56-57, 2016. (Trabalho original publicado em 1992).
- LAPLANCHE, Jean. Castração e Édipo como códigos e esquemas narrativos. In: LAPLANCHE, Jean. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Tradução de José Carlos Calich et al. Porto Alegre: Dublinense, 2015. p. 280-287. (Trabalho original publicado em 2006).
- LAPLANCHE, Jean. *Novos fundamentos para a psicanálise*. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Trabalho original publicado em 1987).

- LAPLANCHE, Jean. *Problemáticas II: castração/simbolizações*. Tradução de A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1988. (Trabalho original publicado em 1980).
- LAPLANCHE, Jean. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Tradução de José Carlos Calich et al. Porto Alegre: Dublinense, 2015. (Trabalho original publicado em 2006).
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1, 2018b. (Trabalho original publicado em 2013).
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018a. (Trabalho original publicado em 2003).
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto (Org.). *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: Biblioteca da Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 15-34.
- NOGUEIRA, Isildinha. *Significações do corpo negro*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>. (Trabalho original publicado em 1995).
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLO, Heraclio (Org.). *Los conquistados*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. p. 437-449.
- RIBEIRO, Paulo de Carvalho. *Pour relancer la révolution copernicienne inachevée (une remise en question de la théorie traductive du refoulement)*. Conferência proferida na Journée Laplanche, 2022. (Texto inédito).
- RODRIGUES, Thalita. Freud, narcisismo das pequenas diferenças e relações raciais: potencialidades, limitações e proposições para o enfrentamento ao racismo. In: GUERRA, Andrea M. C. et al. (Orgs.). *Cicatrizes da escravização*. Vitória: EDUFES, 2023a.
- RODRIGUES, Thalita. Há lugar para a raça em psicanálise? Investigações metapsicológicas a partir da Teoria da Sedução Generalizada. In: BELO, Fábio (Org.). *Psicanálise e racismo: interpretações a partir de Quarto de despejo*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2018.
- RODRIGUES, Thalita. *Psiquismo racializado? Uma leitura psicanalítica sobre subjetivação a partir da Teoria da Sedução Generalizada e da decolonialidade*. 2023. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2023b.
- SHUCMAN, Lia V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.